

JT - 26/06/91

ADER 124

BELEZAS DA AMAZÔNIA: SALVAS POR DECRETO.

Pressionado pela crítica internacional, Collor assina nos próximos dias as alternativas que livram a região de projetos incentivados.

ELZA PIRES/AE

A decisão do presidente Fernando Collor de modificar o decreto que restabelece os incentivos fiscais para a Amazônia é uma resposta às críticas que o governo americano fez à política ambiental brasileira durante a visita do presidente a Washington, semana passada. Um documento elaborado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), e entregue aos senadores americanos, aponta a volta dos incentivos como uma contradição na política ambiental do governo brasileiro.

Os senadores norte-americanos, com base neste documento, ao qual a Agência Estado teve acesso, enviaram uma carta ao presidente Bush, alertando-o para a volta dos incentivos e lembrando que o programa de crédito da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para a pecuária apresentava resultados econômicos baixos, além de ser responsável pela maior parte dos desmatamentos na Amazônia.

De volta ao Brasil, Collor convocou a primeira reunião setorial sobre meio ambiente para a segunda-feira. No mesmo dia, o porta voz do Palácio do Planalto, Cláudio Humberto Rosa e Silva, anunciou, além da decisão de conversão da dívida externa em projetos ambientais, a edição do decreto que proíbe o uso dos incentivos fiscais para financiar destruição de ecossistemas. Ontem à tarde já estava pronto o novo decreto, que deve ser assinado pelo presidente nos próximos dias.

O novo decreto mantém a mesma redação do anterior. Só altera o 2º parágrafo do artigo 15 do decreto 101, de 17 de abril deste ano, que restabelecia os incentivos fiscais. Na reformulação, fica clara a proibição do uso dos subsídios para desmatamentos e limita a sua utilização na Amazônia só para áreas já desmatadas. Além disto, condiciona qualquer aprovação de projetos com utilização de incentivos a um parecer do Insti-

tuto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Secretaria Nacional do Meio Ambiente (Semam).

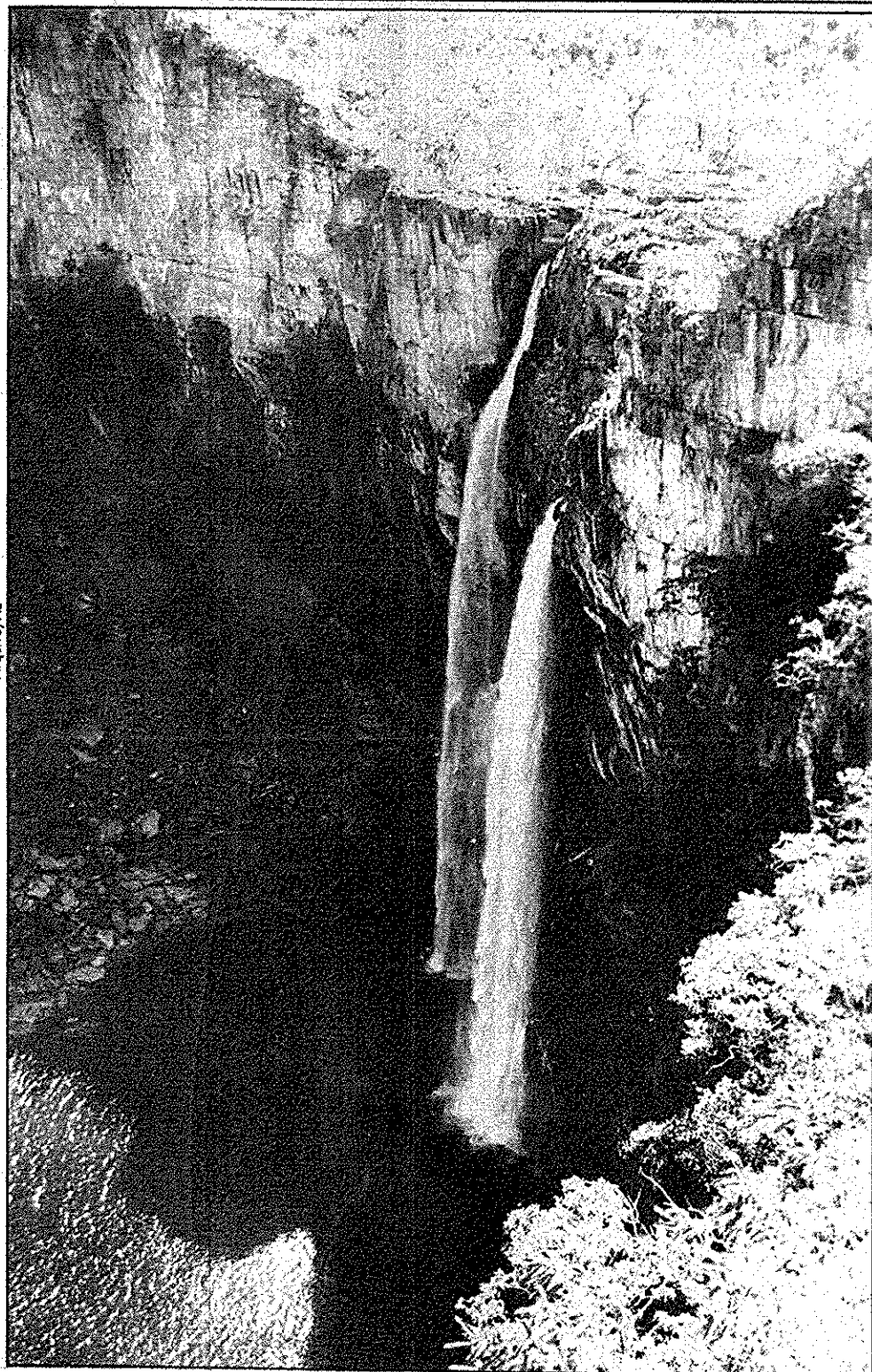
O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, tomou conhecimento do documento das Organizações Não-Governamentais americanas pouco antes de chegar a Washington. As críticas à política ambiental brasileira foram entregues, também, à ministra Vera Machado, responsável pela área de meio ambiente da embaixada brasileira em Washington.

Além da crítica aos incentivos fiscais, que consideram uma contradição do governo — pois o secretário José Lutzenberger havia condicionado, no ano passado, sua permanência no cargo ao fim dos subsídios para a agropecuária —, os americanos apontam quatro prioridades para o que eles chamam de "uma rápida transformação da política ambiental brasileira".

A demarcação do território dos índios ianomâni, a demarcação das reservas extrativistas, a alocação imediata de fundos governamentais comprometidos com projetos de meio ambiente, o fim da impunidade para assassinatos e violências no campo, além do controle, pelo ministério da Economia, dos preços da borracha.

Segundo o documento, estas seriam as medidas concretas que o governo deveria adotar para deter os abusos aos direitos humanos e ao meio ambiente na Amazônia, fortalecendo sua ambição de conseguir recursos adicionais, em grande escala, para projetos ambientais.

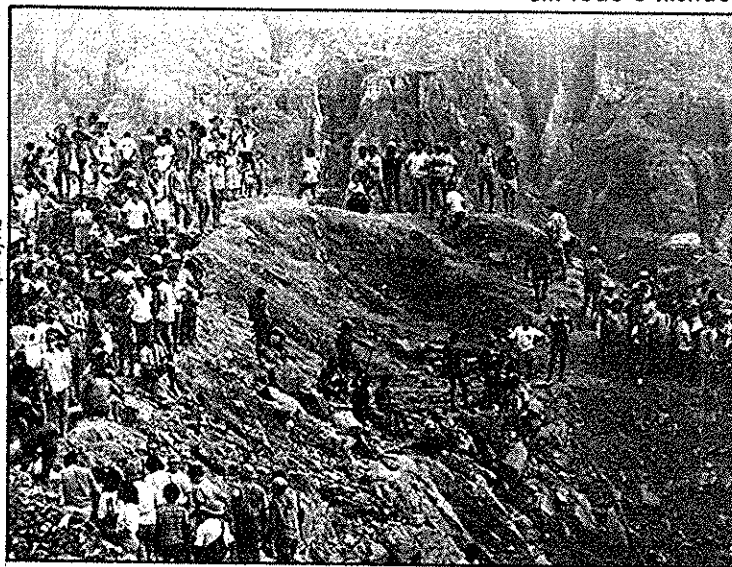
"A volta dos incentivos fiscais teve uma péssima repercussão na comunidade ambientalista internacional", declarou ontem o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP). Feldman se encontra em Washington para um congresso sobre meio ambiente. Ele anunciou seu apoio à decisão do governo lembrando que o fim dos incentivos para a agropecuária foi mais uma vitória do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger.



Arquivo/AE

O decreto que limita incentivos fiscais na Amazônia dá chances maiores de sobrevivência a atrativos como a queda d'água da Chapada dos Veadeiros (acima)

Serra Pelada, (abaixo): imagem de devastação divulgada em todo o mundo.



Arquivo/AE

mata para aprovar os subsídios", denunciou ele, que já escreveu dois livros sobre a Amazônia e agora está defendendo uma tese de livre docência sobre o mesmo assunto. "O corte dos subsídios veio tarde demais, porque o que estava

acontecendo era um escândalo."

O processo de desmatamento começou com a abertura de acessos à floresta e com o Projeto de Ocupação da Amazônia, em 1966. A área foi totalmente vendida a grandes empresários — se-

gundo o professor, apenas uma empresa teria um latifúndio de 4 milhões de hectares — e a legislação sobre ocupação passou a permitir a derrubada de 50% da mata nativa. "O fim dos subsídios diminui o ímpeto de devastação, que no

Mata derrubada para projetos que não foram adiante e subsídios desviados para outras atividades.



O fim dos subsídios, que permitiam a derrubada de 50% da propriedade, diminui o ímpeto da devastação na região.

Estudiosos apóiam a decisão do governo. Mas desconfiam.

Os ambientalistas e estudiosos ligados à preservação da Amazônia comemoraram a decisão do governo federal de não mais financiar, através de subsídios, o desmatamento da região. Mas, apesar da aprovação, levantaram suspeitas quanto aos reais objetivos do presidente Collor. "Esse governo é feito de imagens e agora está querendo melhorar sua reputação junto a organismos internacionais", afirmou o professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Paulo Eduardo Artaxo Neto.

A decisão de Collor, na sua interpretação, faz parte de uma estratégia para aliviar a pressão da comunidade mundial e facilitar a negociação da dívida externa. "É uma medida esperta. Não podemos obstruir uma iniciativa dessas", argumentou. "É importante que ela seja implantada antes do mês de agosto, quando ocorrem as maiores queimadas naquela região."

Segundo Artaxo Neto, os subsídios deveriam ser totalmente extintos porque a preservação de tais reservas pode trazer muitas divisas para o Brasil a médio prazo. "A queima da floresta é a utilização mais burra que se pode dar a essa riqueza", argumentou ele. "A diversidade biológica da Amazônia é tão grande que, se corretamente aproveitada, representaria, em futuro próximo, uma entrada de divisas muito grande."

As fotos dos satélites, confrontadas com a localização dos grandes projetos agropecuários dos últimos anos, provam que os subsídios federais incentivaram as queimadas e desmatamentos da Amazônia. E o pior de toda a situação, segundo o professor do Departamento de Geografia da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, é que a mata foi derrubada mais as atividades econômicas não existem até hoje.

"Cerca de 85% dos recursos foram investidos pelos proprietários em outras atividades. No entanto, derrubaram a

Fatos e coincidências preocupam ministro

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, relacionou ontem fatos "reais e coincidentes" que confirmam o interesse de governos e de entidades estrangeiras em ocupar a Amazônia a pretexto de proteger o meio ambiente e os índios, mas na verdade interessados em explorar as riquezas minerais da região. Compõem essa relação, entre outros, as missões religiosas, "aparelhadas com instrumentos de sondagem do solo ao invés de bíblias"; a abertura de aeroportos clandestinos e a tese defendida recentemente pelos presidentes da França, François Mitterrand, e da União Soviética, Mikhail Gorbachov, de que a soberania brasileira naquela

área passe a ser relativa.

O ministro reconheceu, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que apura as denúncias de internacionalização da Amazônia, que são inúmeras as ameaças para "planetarizar" a região, mas acredita que até aqui nenhuma delas se converteu em "ação concreta" de entrave à soberania brasileira na área.

Passarinho procurou tranquilizar os membros da CPI quanto aos efeitos sobre a Amazônia da Conferência do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, a Eco-92. Segundo ele, o encontro tratará da preservação da natureza de forma global e não apenas da flo-

resta amazônica.

O ministro da Justiça lamentou na CPI a posição defendida pelo secretário Especial do Meio Ambiente, José Lutzenberger, de ignorar por completo as ameaças de internacionalização da Amazônia, apesar da insistência dos editoriais da imprensa internacional, contrários à plena soberania brasileira na área. Passarinho lembrou que recentemente um senador norte-americano, "provável candidato à Presidência da República, prometeu encaminhar ao Congresso de seu país um projeto de lei impedindo o desmatamento da Amazônia.

Rosa Costa/AE

